



FACULDADE DA REGIÃO SISALEIRA – FARESI
BACHARELADO EM ENFERMAGEM

UINNE DE JESUS SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA INTERNET ENQUANTO FERRAMENTA DE
INFORMAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

CONCEIÇÃO DO COITÉ – BA

2023

UINNE DE JESUS SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA INTERNET ENQUANTO FERRAMENTA DE
INFORMAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

Artigo apresentado a Faculdade da Região
Sisaleira – FARESI, como requisito básico
para obtenção do título de bacharel em
Enfermagem.

Orientador: Ernanda Cordeiro Teixeira

Conceição do Coité – BA

2023

Ficha Catalográfica elaborada por:
Carmen Lúcia Santiago de Queiroz – Bibliotecária
CRB: 5/001222

S381 Silva, Uinne de Jesus
A importância da internet enquanto ferramenta de
informação sobre a violência obstétrica/Uinne de Jesus Silva. –
Conceição do Coité: FARESI, 2023.
22f.il.color..

Orientadora: Profª Esp. Ernanda Cordeiro Teixeira.
Artigo científico (bacharel) em Enfermagem. – Faculdade
da Região Sisaleira (FARESI). Conceição do Coité, 2023.

1 Enfermagem 2 Internet. 3 Violência Obstétrica.
4 Informação. I Faculdade da Região Sisaleira – FARESI. II
Teixeira, Ernanda Cordeiro. III. Título.

CDD: 616.73678

UINNE DE JESUS SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA INTERNET ENQUANTO FERRAMENTA DE INFORMAÇÃO
SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem, pela Faculdade da Região Sisaleira.

Aprovado em 7 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Anarya Luiza de Oliveira Barros / anaryaluizabarro@gmail.com

Andréa Almeida Junqueira / deajunqueira28@gmail.com

Ernanda cordeiro Teixeira / ernandateixeira@gmail.com

Jacson Silva / jacson.baldoino@faresi.edu.br

Rafael Reis Bacelar Antón/ rafael.anton@faresi.edu.br



Rafael Reis Bacelar Antón
Presidente da banca examinadora
Coordenação de TCC – FARESI

Conceição do Coité – BA
2023

A IMPORTÂNCIA DA INTERNET ENQUANTO FERRAMENTA DE INFORMAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Uinne de Jesus Silva
Ernanda Cordeiro Teixeira

RESUMO

A internet tem se tornado uma ferramenta essencial para o ato de comunicação e, nesse contexto, para transmitir informações sobre diversos assuntos, inclusive sobre a violência obstétrica. apresentou como objetivo geral analisar através de uma revisão de literatura a importância que a internet, sobretudo das redes sociais, oferece para divulgação de casos de violência obstétrica. Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo, numa abordagem qualitativa, que descrevem e citam as contribuições dos autores quanto à temática, além de apresentação de casos veiculados na internet. Diante dos dados apresentados, foi possível concluir que a internet tem se mostrado uma importante ferramenta de apoio às mulheres que sofrem esse tipo de violência.

Palavras-chave: Internet. Violência Obstétrica. Informação.

1 INTRODUÇÃO

A internet tem se tornado uma das maiores e mais acessadas ferramentas de comunicação, assim é um poderoso elemento de informação que tem transformado a maneira como as pessoas acessam e compartilham conhecimento. Ela se tornou uma fonte de informações em quase todos os aspectos da vida, desde a educação até a pesquisa, a comunicação e o entretenimento.

É importante salientar que a internet tem contribuído muito para o acesso a informação na área da saúde. Pode servir ainda como meio de informação para conhecer casos de violência obstétrica que muitas vezes é praticada. Ainda nesse sentido, tem se mostrado uma ferramenta indispensável para o acesso à essas informações, desempenhando um papel significativo como uma ferramenta de informação sobre a questão da violência obstétrica.

A violência obstétrica refere-se a práticas inadequadas, abusivas ou desrespeitosas que ocorrem durante o processo de assistência ao parto e ao pós-parto. Muitas vezes, as vítimas dessas práticas são mulheres grávidas e parturientes, e a internet tem permitido a conscientização e a divulgação dessas situações.

Através da internet, as vítimas de violência obstétrica podem encontrar informações, recursos e apoio. As redes sociais, os fóruns online e os grupos de apoio, por exemplo, que proporcionam um espaço para compartilhar experiências, denunciar abusos e buscar orientação necessária para punição e evitar que novas práticas ocorram.

Considerando a premissa de que a internet tem revolucionado a forma como as pessoas têm consumido e disseminado informações, é possível levantar a seguinte problemática: de que forma a internet, sobretudo as redes sociais, poderão se constituir como uma ferramenta de informação para violência obstétrica?

Violência obstétrica é conceituada como a violência vivenciada por mulheres no período gestacional que passa por procedimentos de equipe de saúde durante todo o processo da assistência, desde o acolhimento ao parto, desrespeitando a sua autonomia, seus princípios, seus desejos, enquanto gestante.

Ocorrendo em vários graus de pressão físico-psicológico podendo causar traumas a morte da gestante, ou até mesmo neonatal (BRITO *et al.*, 2012).

Existem vários tipos de violência: Negligência (omissão ao atendimento), Violência psicológica (tratamento hostil, ameaças, gritos e humilhação intencional), Violência física (negar o alívio da dor, anestesia) e violência sexual (assédio sexual e estupro) entre outros (OMS, 2014).

O presente artigo tem como objetivo geral analisar através de uma revisão de literatura a importância que a internet, sobretudo das redes sociais, oferece para divulgação de casos de violência obstétrica. Os específicos são: a) analisar como as redes sociais podem contribuir para divulgação de violência obstétrica; b) descrever violência obstétrica e c) apresentar a importância da divulgação de violência obstétrica através da internet como ferramenta de denúncia e apoio a vítima.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo, numa abordagem qualitativa, que descrevem e citam as contribuições dos autores quanto à temática. Será feito um estudo bibliográfico, através de material da área de enfermagem em sites de internet, revistas, documentários, livros e artigos sobre o assunto.

Os dados para análise foram colhidos em base de dados virtuais como revistas eletrônicas e sites de notícia que veicularam informações sobre o tema aqui discutido. Foram utilizados para revisão bibliográfica autores que discutem a temática abordada.

Estabeleceu-se como critérios de inclusão artigos de pesquisa publicados em português, que contemplem a temática sugerida e reflita o objetivo do estudo, além de portais eletrônicos confiáveis que divulgam notícias de violência obstétrica. Como critérios de exclusão serão utilizados as referências que não houver acesso gratuito ao texto e outras línguas que não atendam as citadas nos critérios de inclusão.

Para a análise seguiu-se uma linha de raciocínio, a saber: as redes sociais enquanto ferramentas para divulgação de violência obstétrica, descrição da violência obstétrica e a internet enquanto ferramenta importante para divulgação de informações sobre a violência obstétrica.

Assim sendo, a avaliação dos dados foi feita ainda por meio da seleção de material previamente analisado, Foram discutidos os mais pertinentes ao estudo aqui proposto, por meio de uma reflexão concreta, apontando os aspectos essenciais do tema proposto.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A violência obstétrica é uma preocupante realidade que afeta muitas mulheres durante a gestação, o parto e o pós-parto. De acordo com Leol et al. (2018), refere-se a ações ou omissões que desrespeitam os direitos humanos das mulheres, sua dignidade, autonomia e integridade física e emocional durante os processos de assistência à saúde materna.

É importante ressaltar que, embora seja mais amplamente associada a agressões físicas, a violência obstétrica também engloba situações de negligência, discriminação e tratamento desumano (LEAL et al., 2018; ZANARDO et al., 2017)..

Zanardo et al. (2017) mostram que as manifestações de violência obstétrica podem variar desde comentários ofensivos e desrespeitosos até intervenções médicas não consentidas, realizadas sem explicação ou informação adequada. Assim sendo, essa violência inclui a falta de informação e consentimento, isto é, mulheres podem ser submetidas a procedimentos médicos sem seu consentimento informado.

A falta de informações claras e compreensíveis sobre os procedimentos também é uma forma de violência.

As intervenções médicas forçadas também se caracterizam como uma violência obstétrica. Segundo Tesser et al. (2015), as cesarianas desnecessárias, por exemplo, episiotomias sem consentimento, uso excessivo de fórceps ou ventosas, entre outras intervenções invasivas, podem ser realizadas sem justificativa clínica caracteriza a violência obstétrica.

Além dessas violências citadas por Tesser et al. (2015) e Zanardo et al. (2017), Palma e Donelli (2017) mostram que há também o abuso verbal e psicológico, ou seja, a incidência de comentários degradantes, ridicularização e intimidação por parte de profissionais de saúde podem causar danos emocionais duradouros, e ainda negligência, que é a falta de atenção adequada durante o trabalho de parto, ausência de acompanhamento pós-parto e recusa de analgesia são formas de negligência que podem colocar em risco a saúde da mãe e do bebê.

Considera-se como violência obstétrica desde demoras na assistência, recusa de internações nos serviços de saúde, cuidado negligente, recusa na administração de analgésicos, maus tratos físicos, verbais e ou psicológicos, desrespeito à privacidade e à liberdade de escolhas, realização de procedimentos coercivos ou não consentidos, detenção de mulheres e seus bebês nas instituições de saúde, entre outros. Abrange a não utilização de procedimentos recomendados, assim como a utilização de procedimentos desnecessários, não recomendados e/ou obsoletos e que podem causar dano. Procedimentos não justificados podem gerar consequências e iatrogenias, com efeitos evitáveis sobre a saúde da mulher e a do bebê, como a distócia no parto, hemorragias e hipóxia neonatal, além da insatisfação da mulher e a depressão pós-parto (LANSKY et al., 2019 p. 2812).

Assim sendo, Menezes et al. (2019) afirmam que a violência obstétrica não só viola os direitos fundamentais das mulheres, mas também tem impactos negativos na saúde mental e física das mães e de seus bebês. Podendo gerar, assim, sentimentos de medo, ansiedade, traumas e dificuldades de estabelecer um vínculo saudável com o recém-nascido.

O quadro 1 mostra os principais tipos de violência obstétrica cometidos.

Quadro 1: tipos de violência obstétrica

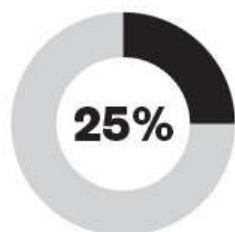
Principais manifestações da violência obstétrica

Tipos	Descrição
Falta de Informação e Consentimento:	Uma das formas mais comuns de violência obstétrica é a falta de informação adequada e o não respeito ao consentimento informado da gestante. Isso pode envolver procedimentos médicos realizados sem o devido consentimento ou sem explicações claras sobre os riscos e benefícios.
Humilhação e Desrespeito	O desrespeito e a humilhação são frequentes, e incluem linguagem ofensiva, comentários depreciativos e atitudes condescendentes por parte dos profissionais de saúde.
Abuso Físico:	A violência obstétrica pode incluir abuso físico, como amarras durante o trabalho de parto, manuseio brusco ou intervenções invasivas desnecessárias.
Medicalização Excessiva	O uso excessivo de intervenções médicas, como cesarianas não justificadas, induções desnecessárias e o uso indiscriminado de ocitocina, pode ser considerado uma forma de violência obstétrica.
Falta de Privacidade e Dignidade	A falta de privacidade e dignidade, como a exposição inadequada do corpo da gestante, também é uma forma de violência obstétrica.

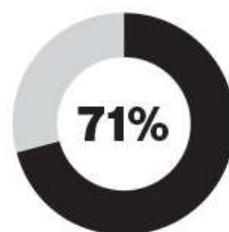
Fonte: elaborado pela autora, 2023

De acordo com Lansky et al. (2019), a violência obstétrica pode ser considerada também como violência de gênero, por se dirigir especificamente a mulheres e permear relações de poder desiguais na nossa sociedade. Em países como a Venezuela e a Argentina, por exemplo, esse fenômeno tipificado em legislação nacional como violência contra a mulher. No Brasil, no entanto, é possível verificar que esse tipo de violência acontece de forma constante, isto é, a cada quatro mulheres uma sofre algum tipo de violência durante o parto, desde gritos, procedimentos dolorosos sem consentimento ou informação, falta de analgesia e até negligência.

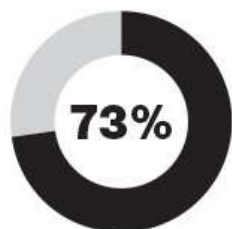
Gráfico 1: violência obstétrica no Brasil



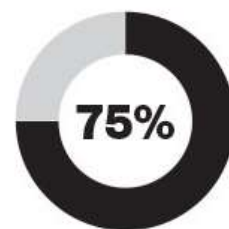
das brasileiras que deram à luz afirmam ter sido desrespeitadas na gestação ou no parto



não tiveram direito a acompanhante. O acompanhamento é previsto em lei desde 2005



não tiveram acesso a procedimentos não medicamentosos para alívio da dor, como banho quente



não receberam alimentação durante o trabalho de parto. A alimentação é aconselhada pela OMS

Fonte: Revista Época (2022)

O gráfico 1 mostra o número de violência obstétrica de mulheres em trabalho de parto. É possível perceber que o Brasil tem se tornado um país em que situações como essas é constante. Um grande problema e o que chama mais atenção é descumprimento da lei 11 108/2005 que prevê a presença de um acompanhante da parturiente.

Art. 19-J. Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato (BRASIL, 2005).

É importante destacar que, embora existam dados registrados de violência obstétrica no Brasil, a obtenção de um índice preciso é um desafio devido à natureza muitas vezes subnotificada e subjetiva desse fenômeno. A violência obstétrica

abrange uma série de comportamentos e práticas que podem variar em gravidade e contexto, tornando difícil quantificar com precisão.

No entanto, alguns estudos e pesquisas, como Menezes et al. (2019) e Leite et al. (2022) têm abordado o tema, fornecendo algumas estimativas sobre a prevalência da violência obstétrica no Brasil. É importante ressaltar que esses números são aproximados e podem variar de acordo com a fonte e a metodologia da pesquisa. Além disso, a conscientização sobre a violência obstétrica tem aumentado nos últimos anos, levando a um maior reconhecimento e denúncia desses casos.

Um estudo realizado em 2019 pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com a ONG Artemis, estimou que cerca de 25% das mulheres brasileiras entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de violência obstétrica durante o parto ou o pré-natal (LEITE et al., 2022).

Outro estudo publicado em 2017 no periódico científico "Repertório de Medicina e Cirurgia" estimou que a taxa de violência obstétrica em algumas maternidades públicas do Brasil poderia chegar a cerca de 40%, com práticas inadequadas incluindo desde a falta de respeito à privacidade até procedimentos médicos invasivos realizados sem o devido consentimento (LEITE et al., 2022).

Embora a conscientização sobre a violência obstétrica esteja aumentando e medidas legais tenham sido implementadas, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que todas as gestantes recebam cuidados respeitosos e dignos durante o parto e o pré-natal no Brasil. A denúncia de casos de violência obstétrica, bem como a educação sobre os direitos reprodutivos, desempenham um papel fundamental na redução desses incidentes e na promoção de uma maternidade mais segura e respeitosa.

A INTERNET ENQUANTO FERRAMENTAS PARA DIVULGAÇÃO DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A Internet, uma poderosa ferramenta de comunicação e compartilhamento de informações, desempenha um papel importante na divulgação da violência obstétrica. Este fenômeno, que se manifesta de diversas maneiras, como desrespeito, negligência e abuso durante o parto, é frequentemente negligenciado e subnotificado. No entanto, graças à disseminação de histórias e experiências de mulheres nas

mídias sociais, blogs, fóruns e outras plataformas online, a questão da violência obstétrica tem vindo a ganhar destaque.

Essa ferramenta proporciona um espaço seguro e acessível para que mulheres compartilhem suas experiências, denunciem práticas inadequadas e busquem apoio emocional. Isso tem um impacto significativo na conscientização pública e na pressão para reformas no sistema de saúde obstétrica. Além disso, a exposição de casos de violência obstétrica nas redes sociais tem levado a uma maior responsabilização dos profissionais de saúde e instituições médicas.

Entretanto, a Internet também apresenta desafios, como a disseminação de informações falsas e a necessidade de preservar a privacidade das vítimas. Portanto, a promoção de conteúdo educacional e informativo confiável é fundamental para orientar as conversas em torno da violência obstétrica na Internet.

A Internet é uma ferramenta poderosa que tem contribuído para a divulgação da violência obstétrica, ampliando a conscientização sobre esse problema e promovendo mudanças necessárias nos cuidados de saúde materna. Ela capacita as mulheres a compartilharem suas histórias, denunciarem abusos e buscarem apoio, ajudando a criar um ambiente mais seguro e compassivo para a maternidade.

Assim sendo, é importante ressaltar que a internet, juntamente com as redes sociais, está presente na realidade da maioria das pessoas. Através dela se tem acesso a inúmeras informações, bem como a divulgação de casos de violência obstétrica, como mostrado na reportagem a seguir.

Imagem: 1 Divulgação de casos de violência obstétrica na internet



globo.com | g1 | g1 | gshow | globoplay | o globo

MENU g1 SANTA CATARINA REC TV

Doula relata casos de violência obstétrica em hospitais de SC

Ela menciona toque excessivo e manobras para apressar parto. Para ela, mulheres têm se questionado mais sobre violência obstétrica.

Por Joana Caldas, g1 SC
04/10/2022 04h01 · Atualizado há um ano

Facebook WhatsApp Telegram

Embora não se trate de uma rede social, mas de um site de notícias, pode-se perceber que a internet tem servido de instrumento de divulgação de casos de violência obstétrica. A imagem reportagem acima mostra que uma doula, ou seja, uma acompanhante presenciou por diversas vezes casos de violência obstétrica nos hospitais de Santa Catarina.

A mulher relatou o seguinte:

"Uma vez, fui acompanhar uma gestante. Na hora do expulsivo [parto], ela estava de pé, tranquila na medida do possível. Em vez de manterem-na em pé, pediram que ela deitasse, com o objetivo de fazer um cardiotoco [cardiotocografia, exame para verificar os batimentos cardíacos do bebê]. A médica tocou e viu que tinha 10 centímetros [de dilatação]. Houve manipulação perineal, que acabou levando a uma laceração mais grave" (PORTAL G1, 2022).

"A cardiotocografia são dois sensores na barriga para ver os batimentos do bebê e as contrações, não tem que ser deitado, para não perder o foco de onde está o bebê. Quando ela [gestante] deitou, fizeram o cardiotoco e começaram o expulso dirigido. Houve uma laceração um pouco mais grave, de segundo grau" (PORTAL G1, 2022).

Assim sendo, observa-se que, de fato, houve a violência obstétrica nos dois casos e que o noticiário virtual se encarregou de divulgar as informações. É importante salientar ainda que, nesse caso, há uma espécie de denúncia social, pois a veiculação na internet permite um alcance maior de leitores.

Além da internet, é coerente afirmar que as redes digitais estão se expandindo cada vez mais rápido e invadindo, de forma densa, os espaços sociais, como, por exemplo, o trabalho dos sujeitos e seus ambientes familiares e, obviamente, os espaços de saúde, exigindo capacidade dos sujeitos, não somente em termos de saber manuseá-las, mas de dominá-las, de forma concisa e focada no desenvolvimento social.

Essas redes digitais são ferramentas que já fazem parte do universo dos indivíduos, contribuindo para que eles interajam com o mundo através das próprias redes e comunidades virtuais, não somente para interação, mas ainda para divulgação, apoio e denúncia de violências, como a obstétrica.

Nessa perspectiva, Castells, em *A Sociedade em Rede*, discorre a respeito das mídias como canais de comunicação. Isso mostra, em uma perspectiva voltada à saúde, que essas redes são capazes de promover e veicular informações acerca da

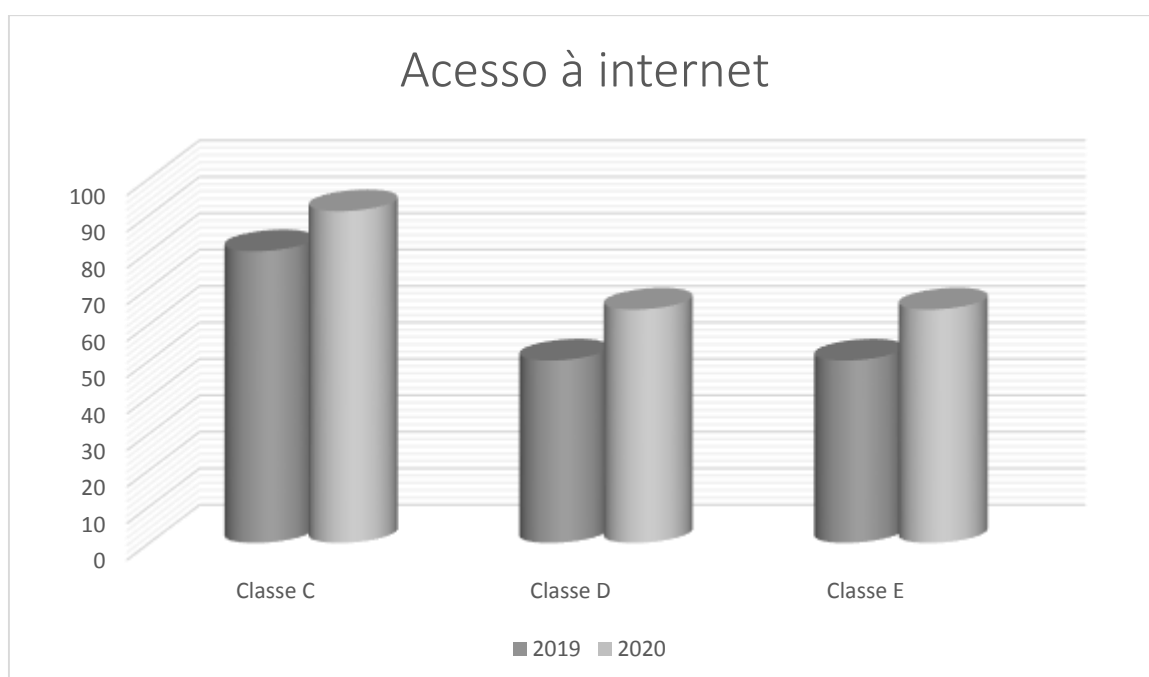
violência obstétricas vivida por mulheres em trabalho de parto e que muitas vezes são invisibilizadas.

Dessa forma, é importante perceber que o poder comunicacional hoje é, cada vez mais, realizado pelo acesso e uso pleno da internet e redes digitais. A expressão “poder comunicacional” pode ser empregada para definir o grau de autonomia que um indivíduo ou coletivo possui para obter informações e para disseminar conteúdos independentemente da vontade de outros indivíduos e coletivos (SILVEIRA, 2016, p. 52).

De acordo com León (2021), pesquisas realizadas pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil revelaram que no de 2020 o país chegou a 152 milhões de usuários, isto é, aconteceu um aumento de 7% em relação ao ano anterior. Com isso, 81% da população com mais de 10 anos têm internet em casa e, certamente, acessam algum tipo de rede social.

A pesquisa acerca do acesso a internet, bem como sua aquisição em ambientes domésticos, mostrou ainda um crescimento do total de domicílios com acesso à internet e que tal fato aconteceu em todos os segmentos analisados. As residências da classe C, por exemplo, com acesso à internet passaram de 80% para 91% em um ano. Os usuários das classes D e E com internet em casa também aumentou de 50% para 64% (LEÓN, 2021), conforme mostrado no Gráfico 1.

Gráfico 2 – Acesso à internet pelas classes C, D e E



Fonte: León (2021), adaptado pela autora.

A internet e as redes digitais podem oferecer o suporte necessário para o suporte básico à mulheres vítimas de violência obstétrica. Japeniski et al (2020) mostram ainda que essas ações, sobretudo em violência obstétrica, são extremamente importantes ser divulgadas. Assim, presume-se que por fazer uso constantemente das redes digitais e da internet, as mesmas possam servir como fonte de informação para realização de ações e divulgações de casos de violência obstétrica.

Um dos maiores exemplos de violência obstétrica e que foi repercutido nas redes é o de Alyne Pimentel. Era uma mulher moradora de Belford Roxo, estado do Rio de Janeiro, tinha 28 anos, era negra, de classe socioeconômica desprivilegiada, casada, mãe de uma menina de 5 anos e estava grávida de 6 meses de outra menina (Catoia; Severi; Firmino, 2020).

Em 11 de novembro de 2002, Alyne Pimentel, sentindo náusea e dores abdominais, procurou a Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, situada em Belford Roxo, unidade de saúde conveniada com o Sistema Único de Saúde mais próxima de sua residência. Ela foi atendida por um ginecologista, no entanto, não foram feitos quaisquer exames laboratoriais ou de ultrassonografia, sendo o retorno para a realização de exame de sangue e de urina no dia 13 de novembro de 2002. No dia marcado, Alyne Pimentel, acompanhada de sua mãe, Maria de Lourdes da Silva Pimentel, procurou a Casa de Saúde antes do horário agendado, pois as dores abdominais haviam aumentado (Catoia; Severi; Firmino, 2020).

A consulta foi realizada por um segundo médico ginecologista, que, constatando sua condição, determinou sua internação. Ao ser encaminhada à enfermaria da maternidade, Alyne Pimentel foi examinada por um terceiro médico que, ao realizar o exame físico, não detectou os batimentos cardíacos do feto, atestando morte fetal (Catoia; Severi; Firmino, 2020).

Alyne Pimentel foi submetida a um exame de ultrassonografia e, posteriormente, informada de que teria o parto induzido para a retirada do feto morto. O parto normal não foi bem-sucedido, em consequência, uma cirurgia de curetagem foi realizada, não antes que transcorressem 14 horas da realização deste (ONU, 2011, p. 03).

A condição de Alyne Pimentel se mantinha grave. A equipe médica da Casa de Saúde, ao reconhecer a incapacidade de lidar com o caso, procurou outros hospitais, públicos e privados, que fossem mais bem equipados e que pudessem receber a paciente. Apenas o Hospital Geral de Nova Iguaçu possuía espaço disponível, mas se recusou a disponibilizar sua única ambulância para transportar Alyne Pimentel (Catoia; Severi; Firmino, 2020).

A mãe de Alyne Pimentel não tinha condições financeiras para custear uma ambulância particular, sendo a única alternativa aguardar a disponibilidade de algum carro da rede pública. Alyne Pimentel já estava em condições críticas, mas teve que esperar oito horas para ser transferida para o hospital, sendo que nas últimas duas horas de espera ela já apresentava sintomas de coma. Na transferência, a Casa de Saúde não enviou os registros médicos de Alyne relativos ao período em que ela foi atendida na unidade hospitalar de Nova Iguaçu, retendo as informações sobre o estado de saúde da paciente. No lugar dos registros foi feito um breve relatório oral sobre os seus sintomas. Entretanto, foi omitido que a paciente havia estado grávida e que todos os seus sintomas resultaram do parto de um natimorto. No dia 16 de novembro de 2002 Alyne faleceu (Catoia; Severi; Firmino, 2020).

A autópsia determinou como causa da morte hemorragia digestiva. Após o óbito, o Hospital solicitou à mãe de Alyne Pimentel que fosse à Casa de Saúde tentar obter seu prontuário médico. Ao chegar à Casa de Saúde, a mãe de Alyne Pimentel foi informada pelos médicos de que o feto já estava morto há dias e que esse fato havia causado a morte da paciente (ONU, 2011, p. 04).

O caso divulgado denuncia as práticas de violência obstétrica, que podem levar a gestante até a morte, como no caso acima. A violência obstétrica é uma realidade complexa e alarmante que afeta mulheres em todo o mundo. Ela se manifesta por meio de práticas desrespeitosas, abusivas, negligentes ou violentas durante o processo de assistência ao parto e nascimento.

Uma das transformações mais impactantes da era moderna é o advento da internet e das redes digitais, que não apenas alteraram a forma como nos comunicamos, mas também desempenharam um papel crucial na divulgação e elucidação da violência obstétrica.

A internet proporciona um espaço acessível e global para que as vítimas de violência obstétrica, seus familiares e defensores compartilhem suas experiências e

denunciem abusos. Isso tem impulsionado a conscientização sobre o problema, contribuindo para uma maior visibilidade e compreensão da violência obstétrica. As redes sociais, fóruns online e blogs são plataformas onde histórias pessoais são compartilhadas, ampliando o debate público sobre o assunto.

As redes digitais desempenham um papel crucial na divulgação de casos de violência obstétrica por várias razões, destacando a importância do uso dessas plataformas para a promoção da conscientização, mudança e apoio.

São ferramentas poderosas para ampliar a conscientização sobre a violência obstétrica e promover mudanças positivas nas práticas de saúde materna. Ao aproveitar as vantagens dessas plataformas, é possível envolver um público diversificado e engajado na luta pela prevenção da violência obstétrica e pela promoção de cuidados respeitosos e humanizados.

A utilização das redes digitais é um fenômeno impossível de não ser notado, nesse sentido, precisam ser utilizadas para promover também a saúde das pessoas por meio de informações.

Para França et al (2019)

A comunicação por meio de redes de contatos não é novidade, tampouco uma tendência trazida pelo avanço da tecnologia. O termo 'rede social' é antigo, e seu estudo sistematizado remonta ao início do século XX a partir do surgimento dos trabalhos baseados na sociometria, que buscavam descrever e analisar a estrutura interpessoal presente nos pequenos grupos, como escolas, igrejas e clubes (2019, p. 109).

No entanto, Cruz et al (2011) mostram que atualmente a internet, juntamente com as redes digitais tem se exposto como intenso instrumento de comunicação e educação, sendo empregadas enquanto um meio de troca de ideias. O desenvolvimento relativamente atual e impetuoso da internet e a grande disponibilidade de poderosas redes de uso pessoais acrescentaram muito na promoção do público a uma multiplicidade de fontes de informações digitais.

Em casos de violência obstétrica, as redes digitais poderão exercer um excelente papel de denúncia, informação e divulgação de tal problema. Apresenta como vantagem à amplificação das vozes das vítimas, isto é, oferecem um espaço para as vítimas compartilharem suas histórias diretamente com um público amplo,

sem barreiras geográficas. Isso ajuda a humanizar o problema e dá às mulheres uma plataforma para expressarem suas experiências.

Outra importância está na conscientização pública, pois a divulgação de casos de violência obstétrica por meio das redes digitais tende a aumentar a conscientização sobre a existência e a gravidade desse problema. As histórias compartilhadas são capazes de alcançar um público mais amplo e diversificado.

Observa-se também que um rompimento do silêncio e estigma, muitas mulheres enfrentam o medo de falar sobre suas experiências de violência obstétrica devido ao estigma e ao constrangimento. As redes digitais oferecem um espaço mais seguro e anônimo para romper esse silêncio e compartilhar suas histórias.

Cruz et al (2011) salientam que o espaço virtual é de suma importância para promover essas ações, uma vez que as pessoas tendem a servir-se desses espaços para procurar informações sobre diversos assuntos, expor seus sentimentos e suas experiências e compartilhar seu conhecimento com as demais pessoas. “Assim, as ferramentas da web podem ser grandes aliadas nas atividades de exposição de informações, proporcionando espaços colaborativos e interativos entre as pessoas” (Cruz et al., 2011, p. 131).

De acordo com Sena e Tesser (2016), o compartilhamento de histórias pessoais na internet tem sido uma poderosa ferramenta para que as vítimas encontrem apoio emocional. Muitas mulheres que sofreram violência obstétrica relatam uma sensação de isolamento, mas a internet proporciona uma comunidade solidária de pessoas que compartilham experiências semelhantes, fornecendo conselhos, encorajamento e um espaço para a expressão de traumas.

No entanto, é importante reconhecer que o uso das redes digitais na divulgação da violência obstétrica não está isento de desafios. A privacidade das vítimas deve ser respeitada, e a veracidade das histórias deve ser avaliada com cautela. Além disso, a conscientização deve ser acompanhada por ações efetivas, como a promoção de práticas respeitadas e a implementação de políticas que protejam os direitos das gestantes (Sena; Tesser, 2016).

Uma das principais contribuições da internet na elucidação de casos de violência obstétrica, segundo Oliveira e Penna (2017) é a capacidade de amplificar vozes anteriormente silenciadas. Por meio das redes sociais, fóruns online e blogs, as vítimas de violência obstétrica têm a oportunidade de compartilhar suas experiências

de maneira segura e anônima. Isso resulta em uma rede global de apoio, onde as histórias pessoais são ouvidas, compreendidas e validadas, criando um senso de solidariedade entre as vítimas.

Sena e Tesser (2016) mostram que a divulgação de casos de violência obstétrica na internet tem um impacto significativo na conscientização pública. Através de relatos, depoimentos e campanhas online, a sociedade é educada sobre os diferentes tipos de violência que podem ocorrer durante o parto, muitas vezes desconhecidos pela maioria das pessoas. Isso gera uma demanda por maior transparência e responsabilização no sistema de saúde, à medida que o público exige uma assistência ao parto mais segura e respeitosa.

Para Lansky et al. (2017) documentação de provas é outra vantagem crítica da internet na elucidação de casos de violência obstétrica. Fotos, vídeos e relatos detalhados podem ser compartilhados, fornecendo evidências que podem ser usadas para responsabilizar profissionais de saúde ou instituições que tenham falhado em prestar assistência de qualidade. Essas evidências têm sido fundamentais na defesa dos direitos das vítimas e na abertura de investigações sobre práticas inadequadas.

De acordo com Paiva et al. (2022), a internet também exerce pressão para mudanças reais. A exposição de casos de violência obstétrica frequentemente leva à mobilização pública e à busca de reformas nas políticas de saúde e no treinamento de profissionais de saúde. Essa pressão é uma força motriz para a implementação de práticas mais respeitosas e seguras durante o parto, beneficiando as futuras mães.

No entanto, é importante destacar que a conscientização online sobre a violência obstétrica deve ser acompanhada de ações concretas. A privacidade das vítimas deve ser protegida, e a veracidade das histórias deve ser avaliada com cautela. Além disso, os esforços de conscientização devem se traduzir em políticas e práticas reais que garantam que todas as mulheres recebam assistência obstétrica digna e respeitosa.

Em outros termos, a internet é uma ferramenta poderosa na elucidação de casos de violência obstétrica. Ela amplifica vozes, conscientiza o público, documenta evidências, pressiona por mudanças e fornece apoio às vítimas. A capacidade de compartilhar experiências e documentar abusos torna a internet uma aliada valiosa na luta por um parto mais seguro, respeitoso e humanizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de exposto, foi possível concluir que a internet torna a informação sobre violência obstétrica acessível a um amplo público, visto que por meio dela as pessoas podem pesquisar, ler artigos, assistir a vídeos e se informar sobre esse tema, o que contribui para a conscientização, denúncia e elucidação de casos. A disponibilidade de informações desse teor na internet permite que as mulheres estejam mais cientes de seus direitos durante a gravidez e o parto. Isso as capacita a tomar decisões informadas e a se defender contra qualquer forma de violência obstétrica.

Inferiu-se ainda que as redes digitais, por sua vez, permitem que as mulheres compartilhem suas experiências pessoais com a violência obstétrica. Isso cria um senso de comunidade e solidariedade, além de destacar a necessidade de mudanças no sistema de saúde. Assim, a internet transcende fronteiras e idiomas, permitindo que a conscientização sobre a violência obstétrica se espalhe globalmente. Isso pode levar a pressões para a implementação de políticas e práticas mais seguras em todo o mundo.

É importante destacar que a informação na internet pode variar em qualidade e precisão, portanto, é fundamental que as pessoas procurem fontes confiáveis e baseadas em evidências ao pesquisar sobre a violência obstétrica. Além disso, a internet não deve substituir o aconselhamento médico ou jurídico profissional, especialmente em casos de violência obstétrica.

Por fim, pode-se concluir que a internet desempenha um papel crucial na divulgação de informações e na promoção da conscientização sobre a violência obstétrica, contribuindo para uma sociedade mais informada e empoderada no que diz respeito aos direitos das mulheres durante o parto.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **LEI Nº 11.108, DE 7 DE ABRIL DE 2005**. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11108.htm. Acesso em 08 out. 2023

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CATOIA, Cinthia de Cassia; SEVERI, Fabiana Cristina; FIRMINO, Inara Flora Cipriano. Caso “Alyne Pimentel”: violência de gênero e interseccionalidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.

CRUZ, Daniela Imolesi et al. O uso das mídias digitais na educação em saúde. **Cadernos da FUCAMP**, v. 10, n. 13, 2013.

FRANÇA, Tania; RABELLO, Elaine Teixeira; MAGNAGO, Carinne. As mídias e as plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 106-115, 2019.

JAPENISKI, Liliana Francisco Silva et al. A experiência de acadêmicos de Medicina com educação em saúde sobre primeiros socorros na Atenção Básica: o projeto “Anjos da Guarda”/The experience of medical students with health education on first aid in Primary Care: the “Guardian Angels” project. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3110-3118, 2020.

LANSKY, Sônia et al. Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 2811-2824, 2019.

LEAL, Sarah Yasmin Pinto et al. Percepção da enfermeira obstetra acerca da violência obstétrica. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 1, 2018.

LEITE, Tatiana Henriques et al. Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 483-491, 2022.

LEÓN, Lucas Perdeus. Brasil tem 152 milhões de pessoas com acesso à internet. **Portal Agência Brasil**, 23 de agosto de 2021, Brasília, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet#:~:text=Brasil%20tem%20152%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas%20com%20acesso%20%C3%A0%20internet%20%7C%20Ag%C3%Aancia%20Brasil>. Acessado em 03 set 2023.

MENEZES, Fabiana Ramos de et al. O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e180664, 2019.

OLIVEIRA, Virgínia Junqueira; PENNA, Cláudia Maria de Mattos. O discurso da violência obstétrica na voz das mulheres e dos profissionais de saúde. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 26, 2017.

PAIVA, Antonia de Maria Gomes et al. Representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde: análise fatorial de correspondência. **Cogitare Enfermagem**, v. 27, p. e75198, 2022

PALMA, Carolina Coelho; DONELLI, Tagma Marina Scheiner. Violência obstétrica em mulheres brasileiras. **Psico**, v. 48, n. 3, p. 216-230, 2017.

SENA, Ligia Moreiras; TESSER, Charles Dalcanale. Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, p. 209-220, 2016.

SILVA, M. G. et al. Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras. **Rev Rene**, Fortaleza, v. 15, n. 4, p. 720-728, jul./ago. 2014.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias. In: BONILLA, Maria Helena Silveira (org). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2016.

TESSER, Charles Dalcanale et al. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista brasileira de medicina de família e comunidade**, v. 10, n. 35, p. 1-12, 2015.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho et al. Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & sociedade**, v. 29, 2017.